



JUSTIÇA FEDERAL

Jornal Mural diário produzido pela Divisão de **Comunicação Social**  
Redação: **Christine Matos, Wolney Mororó, Ana Clara Reis,**  
**João Bosco Coelho e César Castanha**  
Jornalista responsável: **Isabelle Câmara - DRT/PE 2528**

5<sup>a</sup> Região  
TRF

hoje  
14 de Dezembro  
2016  
Edição nº 2927  
www.trf5.jus.br  
comunicacaosocial@trf5.jus.br

Fotos: Juliana Galvão,  
Roberta Mariz e  
Thais Câmara

## Orquestra Crescendo na Harmonia celebra um ano com apresentação no TRF5

**A** “Orquestra Crescendo na Harmonia” se apresentou, ontem (13), no hall de entrada do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 5<sup>a</sup> Região – TRF5, comemorando um ano de sua criação. Para mostrar a evolução dos músicos mirins,



o regente e professor de música da Faculdade Fransinetti do Recife (Fafire), Deoclécio Francisco dos Reis, escolheu músicas-temas de filmes como “E o vento levou”, “Romeu e Julieta”, e “Noviça Rebelde”, entre outras. O presidente do TRF5, desembargador federal Rogério Fialho Moreira, encerrou o evento parabenizando as crianças: “Desejo que essa experiência, na Orquestra, sirva para toda a vida de vocês, mesmo para quem não for seguir carreira na música. Acredito que essa sensibilidade, senso de equilíbrio e bom gosto aos quais estão se afeiçoando vão servir para a vida futura, qualquer

que seja a profissão que vocês abracem”. Também prestigiaram a exibição o desembargador federal Carlos Rebêlo e a desembargadora federal emérita e diretora-geral do TRF5, Margarida Cantarelli.

dos instrumentos foi feita com recursos oriundos da venda de papel fragmentado e prensado para reciclagem (processos e documentos que já cumpriram sua função e temporalidade legal).

**Violinos de papel** - Composta por crianças e adolescentes da comunidade do Pilar e das escolas municipais do Pilar e Pedro Augusto, a Orquestra foi fundada em dezembro de 2015, quando o TRF5, em parceria com a ONG Moradia e Cidadania e a Fafire, realizou uma doação de violinos. A compra

A campanha Pilares do Bem, que visa a arrecadar doações em benefício da Comunidade do Pilar, será encerrada na próxima sexta-feira (16). As caixas para as doações estão no hall de entrada do Tribunal, onde podem ser depositados livros, revistas e cadernos antigos, roupas, sapatos e acessórios, mas ainda em boas condições. A campanha é uma parceria entre o TRF5 e o instituto de inovação CESAR.

## Formulário para capacitação

O Núcleo de Desenvolvimento de Recursos Humanos (NDRH) lembra às chefias dos setores que compõem o TRF5 a importância de preencher e devolver, até o dia 19/12, por e-mail, o formulário de Levantamento de Necessidades de

Capacitação – LNC para 2017. A tabulação dos dados permitirá ao NDRH o planejamento de programas de aprimoramento de pessoal para o próximo ano. O documento deverá ser encaminhado para [nhr-treinamento@trf5.jus.br](mailto:nhr-treinamento@trf5.jus.br).

## Pilares do Bem



## Aniversariantes

Rosane de Albuquerque Lima  
Subsecretaria de Controle Interno  
Ivanilda Benigno da Silva  
FORTE SERV. TEC

## Confraternização na Asserjufe

Feijoada, churrasco, muito chope e animação. É o que promete a festa de confraternização da Associação dos Servidores da Justiça Federal no Estado de Pernambuco (Asserjufe-Pe). DJ Nando e o grupo musical “Por Acaso” vão garantir a diversão no próximo sábado (17), a partir das 10h, na sede da Asserjufe-Pe, localizada nas dependências do edifício-sede da Justiça Federal em Pernambuco, na avenida Recife, 6250, no bairro do Jiquiá. Para o sócio, que terá direito a um acompanhante, a inscrição é gratuita; já os convidados terão que pagar R\$ 70 pelo acesso à festividade. Os interessados devem entrar em contato Cristiane (3425-9581) ou Sheila (3213-6250).



## SJPB vai tornar PJe obrigatório para processos de execução fiscal e penais

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) passará a ser obrigatório para o processamento das demandas judiciais dos feitos relativos à classe Execução Fiscal, bem como das ações a esta conexas, incidentais ou dependentes, em

toda a Seção Judiciária da Paraíba, a partir do dia 1º de janeiro de 2017. A obrigatoriedade do ajuizamento e tramitação mediante utilização do PJe também se estenderá para os feitos de natureza penal ajuizados no âmbito daquela

jurisdição, incluídas as suas Subseções, a partir de 9/1/2017, em cumprimento às Resoluções nº 100/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e 16/2012, do Tribunal Regional Federal da 5<sup>a</sup> Região – TRF5